

MILÊNIO, MILENARISMO E SALVAÇÃO NO MUNDO IBÉRICO

NOGUEIRA, Carlos Roberto Figueiredo
Universidade de São Paulo

RESUMO: A Reconquista ibérica constitui um processo vital para o entendimento da Península ibérica. Realidade complexa, por vezes contraditória, ainda guarda uma série de enigmas, que a vitória e a conseqüente hegemonia castelhanas dificultaram, pelo peso ideológico emprestado à palavra, a percepção de momentos históricos e significados distintos no longo período que se estende dos séculos VIII ao XV. Para penetrarmos em seu real significado, precisamos entender a própria formação da idéia de Reconquista. O que **exatamente**, fora perdido? O que havia para ser reconquistado? Na tentativa de responder a estas questões, pretendemos percorrer o universo da formação das crenças, em busca das origens de um mito legitimador do direito incontestável da Cristandade (e porque não dizer, do Reino de Castela, que parece representar no mundo ibérico a **Cristandade!**) de conquistar (ou reconquistar?) *Al-Andalus* e mesmo de assegurar por quaisquer meios, a unidade religiosa e cultural da Península.

PALVRAS-CHAVE: Reconquista, Milenarismo, Península Ibérica.

ABSTRACT: The Iberian Reconquest constitutes a vital process for the understanding of the Iberian Peninsula. A complex reality, sometimes contradictory, still keeps a series of enigmas that the Castilian victory and its hegemony had made it difficult, by the ideological meaning applied to the words, to perceive the historical moments and distinct meanings in a long period that goes from the 8th to the 15th century. To apprehend its meaning, we need to understand the formation of the Reconquest idea. What accurately was lost? What it had to be reconquered? In the attempt of answering these questions, we intend to search through the universe of the beliefs formation, in search of the origins of a myth that legitimizes the incontestable right of the Christianity (and why not to say, the incontestable right of the Kingdom of Castile, that seems to represent the Christianity in the Iberian world!) to conquer (or to reconquer?). *Al-Andalus* and even to assure by any ways, the religious and cultural unit of the Peninsula.

KEYWORDS: Reconquest. Milenarism. Iberian Peninsula.

No Século VIII, um exército mouro invade a Península Ibérica derrotando aos visigodos partidários do rei Rodrigo e instalando o domínio do Esaú sobre a maior parte da *Spania*.

O silêncio das fontes parece apontar para o fato de que ninguém lamentou o fim do Reino visigótico. O mutismo documental instalado torna impossível resistir à tentativa de comparar essa invasão às anteriores invasões bárbaras. Aqui no mundo ibérico, a imposição de uma nova cultura, novas etnias dominantes e a perda do poder político e econômico de uma Igreja, acostumada a legislar através dos concílios de Toledo e participar com os soberanos godos do governo da Espanha desde a conversão de Recaredo, não provocou nenhum comentário por parte dos dominados, ou pelo menos, nenhum comentário sobreviveu, caso em que estaríamos diante de um texto extremamente excepcional e isolado.

No tardio Império Romano, onde apesar das destruições, não houve – salvo no caso dos vândalos na África - uma ameaça concreta ao poder e a permanência da Igreja, a chegada dos bárbaros provocou, no entanto, um grande número de lamentações, pela perda do Império em mãos estrangeiras, por uma Igreja que se lamenta da catástrofe em tons extremados, incensados com fortes vapores apocalípticos.

Em 396, São Jerônimo, alarmado perante uma incursão dos hunos que molesta a população do Império desde Constantinopla até os Alpes Julianos, lamenta através de uma citação de Virgílio: “*Ubique luctus, ubique gemitus et plurima mortis imago*” Para o santo o momento é um presságio do fim de Roma e se esta não consegue repelir os bárbaros é porque a invasão não é senão um castigo merecido:

O mundo romano desaba e ainda nossas cabeças não sabem inclinar-se [...] Sentimos desde há muito tempo que Deus é ofendido e não fazemos nada para aplacá-lo! É pelos nossos pecados que os bárbaros são fortes, é pelos nossos vícios que o exército romano foi vencido! E como se não fossem suficientes os desastres, as guerras civis matam quase mais homens que a espada do inimigo! [...] infelizes de nós, que descontentamos tanto a Deus que a raiva dos bárbaros é o instrumento de sua ira [...] (SÃO JERÔNIMO, 1956, col.600-601).

Em 409, ainda mais alarmado com a invasão das Gálias pelos Vândalos e a ameaça iminente que paira sobre as Espanhas, escreve: “As Espanhas mesmas, onde o perigo é iminente, tremem todos os dias na lembrança das invasões dos cimbrós e tudo que as outras [províncias] têm sofrido de uma vez por todas, elas o sofrem constantemente pelo temor (SÃO JERÔNIMO, *Epistola CXXIII Ad Geruchiam*, P.L.XXII.col.1058). O reino do Anticristo havia chegado, trazendo consigo todos os males e abominações, mas o Inimigo seria derrotado pelo sopro de Cristo: ”*quem Dominus Iesus interficit spiritu oris sui*” (SÃO JERÔNIMO, *Epistola CXXIII Ad Geruchiam*, P.L.XXII.col.1057).

Santo Agostinho escreve desde a África, solicitando ser informado do sucedido em Roma, mesmo que as notícias sejam de tristeza e amargura (*Epistola ad Italiam* XCIX 1-2 P.L. XXXIII. Col. 365). Ainda que em tom menos apaixonado que Jerônimo vê nos saques, violações e destruições dos godos, os inegáveis sinais do fim do Império.

Das províncias, outras vezes se juntam ao coro de lamentos: Ortósio, na Galícia, Próspero da quitânia, que em versos chora o fim de Roma:

*Nos autem sub tempestate malorum,
Invalidi passim caedimur et cadimus.
Cumque animum patriae subiit fumantis imago,
Et stetit ante oculos quidquid ubique perit,
Frangimur, immodicis et fletibus ora rigamos* (PROSPERO DE AQUITANIA, *Carmen de Providentia Divina*. P. L. LI, col. 617)¹.

e por fim Idacio, bispo de Mérida, nas primeiras décadas do século V, demonstra no prefácio de sua Crônica todo o seu desespero e a amargura em que vivem suas Hispânicas “*Não desconheço as grandes misérias deste tempo calamitoso; estamos chegando ao limite do poder de Roma* (IDATTII EPISCOPI, *Chronicon*. P. L. LI, p. 874).

O tom, como indicamos acima, possui um caráter marcadamente escatológico identificando o fim de Roma ao Final dos Tempos, em um Império desmembrado, que vê a sua administração, outrora eficaz pulverizar-se, mas onde permanece a Igreja Romana como guardiã da sua tradição e da memória da antiga estrutura imperial. Na Península Ibérica, quando da invasão de Tarik, muito menos momentosa que as hordas bárbaras, mas extremamente eficaz em eliminar o aparelho eclesiástico de sua posição privilegiada, apenas o silêncio.

Ocupada a Península pelos muçulmanos, as fontes permanecem caladas. As primeiras referências às invasões em textos hispano-cristãos datam do final do século IX e começos do século X. Um dos poucos relatos contemporâneos, o *Anónimo Mozárabe* de 754, não traz a menor referência à criação de um reino cristão nas Astúrias, apenas a rapidez e a facilidade com que o reino visigótico havia sido tomado. “Espanha havia perecido”, segundo as expressões das mais primitivas fontes hispanocristãs (IRADIEL; MORETA; SARASA, 1995, 16-17).

O primeiro documento cristão referente à “catástrofe” de 711 é uma fonte “estrangeira”: uma fonte cristã moçárabe, portanto alheia aos acontecimentos dos núcleos de resistência das montanhas asturianas e produzido no interior de *Al Andalus*. Trata-se de um documento anônimo, a citada Crônica Moçárabe de 754, também conhecida por *Anónimo de Córdoba*, *Continuato Hispana*, *Anónimo Pacense* ou *Cronicón de Isidoro Pacense*, por ter sido atribuída a Isidoro, bispo de Beja. A data de

¹ “As forças nos faltam, caímos feridos por este furacão de males e ante a imagem da pátria fumegante, desfalecemos e nosso rosto se enche de lágrimas”.

sua composição é problemática, apesar de estar datada desde “*ab exordio mundi in Aeram coeptam septingentesimam nonagesimam secunda [...] Arabum CXXXXVI*” (desde a criação do mundo até a era começada de 792 [...] o ano dos árabes de 136) (*Cronicon Del Pacense*, 61), contém algumas referências posteriores, o que leva a pressupor interpolações ou mesmo uma redação mais tardia.

É um texto de difícil tradução, por vezes, incompreensível, mas é o único documento cristão que pode ser atribuído ao século VIII. Continuando a história da monarquia visigótica a partir do final da *Historia Gothorum* de Isidoro de Sevilha, aponta para a fragilidade da autoridade real entre os godos das Espanhas, ao mostrar que “*Rudericus tumultuose regnum, hortante Senatu, invadit* (Rodrigo por instigação do Senado [a aristocracia goda], apossou-se violentamente do Reino” (*Cronicon Del Pacense*, 34). A ambição desmesurada de Rodrigo, segundo o texto, é a responsável pela cisão do exército visigótico, que foge, deixando o rei à mercê do inimigo, para sofrer a ignomínia de perder o reino e a vida“ [...] *fugato onni (sic!) Gothorum exercitu, qui cum eo aemulanter fraudulenterque ob ambitionem Regni advenerant, cecidit*” (*Cronicon Del Pacense*, 34).

Aqui, quase um século depois, a *deploratio* por Espanha aparece. Lembrando Isidoro de Sevilha, chora a *Hispania* antes deliciosa e agora miserável: “*Hispania quondam deliciosa, et nunc misera efecta*”: “*Quis enim narrare queat tanta pericula? Quis dinumerare tam importuna naufragia? Nam si omnia membra verterentur in linguas, omnino nequaquam Hispaniae ruinas, vel ejus tot tantaque mala dicere poterit humana natura*” (*Cronicon Del Pacense*, 37, 300)². Devastada pela espada, pela fome e o cativo da população, a desgraçada Espanha sofre os tormentos de uma invasão bárbara (*Cronicon Del Pacense*, 34).

Lamentação tardia, mas que encontra correspondência em um hino litúrgico provavelmente de origem ibérica, adequadamente denominado *Tempore belli* (DÍAZ Y DÍAZ, 1986, 443-455) que traz um *mea culpa* do povo cristão, cujos pecados acarretaram a cólera divina, tornando a invasão para aqueles que entoavam o hino nos ofícios litúrgicos, um castigo merecido pelos godos: “*Hoc peccata malum grande merentur/uere nostra, Deus, plurima, sancte*” (Ibidem, *Tempore belli*, 69-70, 450). Através de seu canto guardava-se na memória de leigos e clérigos os horrores sofridos por Hispania: Guerreiros implacáveis de terras vizinhas – “*Terret continuo feruida bello/ ges effrena*” (Ibidem, *Tempore belli*, 45-46, 449) (os mouros?) - matam a milhares de cristãos, tingindo de sangue as águas e deixando cadáveres expostos às aves de rapina. Templos e casas são saqueados velhos e jovens acorrentados e donzelas violadas em uma onda de terror indescritível. Mas o arrependimento, traria necessariamente a redenção:

*Emptis parce tua morte, rogamus
instaurans animos pelle timorem,
hostes comminuens sparge fugatos,
pacis perpetue munera confer*” (Ibidem, *Tempore belli*, 81-84, 449).

Contudo, na Crônica de 754 não há resistência heróica, não existem reinos cristãos e vingadores. Apenas a constatação que a Hispania foi perdida não apenas pela ferocidade e astúcia dos mouros mas principalmente por lutas internas: “[...] *Hispania vastaretur, et nimium nom solum hostili, verum etiam intestino furore confligeretur*” (FLOREZ, 1860, 36, 299), que provocaram no limite a cooperação de nobres godos com os muçulmanos, no afã de eliminar

² “Quem poderia, pois narrar tantos perigos? Quem poderia enumerar tantos lamentáveis desastres? Pois mesmo que todos os membros se convertessem em língua, poderia a natureza humana descrever a ruína de Espanha, nem tantos e grandes males como esta suportou”.

seus oponentes como “*Oppam filium Egicæ Regis*”, (FLOREZ, 1860, 36, 299), que ajuda a capturar e levar ao patíbulo em Toledo, nobres anciãos visigodos.

Reflitamos um pouco esta situação. Até o final do século IX, não se encontra no reino asturiano qualquer identificação com o antigo reino visigótico. Ao contrário os *Annales* (c.790) de Alfonso II, uma espécie de registro dos reis asturianos a partir de Pelayo, mostram uma inequívoca tendência anti-toledana, exacerbada pela querela do adopcionismo (IRADIEL; MORETA; SARASA, 1995, p. 32 e 92).

Por volta de 800, ocorre uma mudança: o entroncamento da monarquia asturiana com os reis godos. Com a produção do ciclo de crônicas de Alfonso III, a ideologia neogótica será um fato definitivo e inquestionável, pelos menos para o período medieval. Ao identificarem os indígenas rebeldes das montanhas cantábricas com os cristãos, o primitivo reino asturiano com o reino visigodo de Toledo e sua expansão com o crescimento da Igreja, os historiógrafos de Alfonso III, o Magno, mistificaram e ideologizaram o processo inicial - e tradicional - de resistência dos indígenas montanheses.

Como entender esta já mencionada contradição, em que uma região não dominada, nem assimilada - talvez, hostil - pelo reino de Toledo, adota a tradição gótica como ideologia oficial? A resposta deve ser procurada, a nosso ver, no clero existente no Norte da Península.

Segundo a maioria dos autores contemporâneos, a Igreja ibérica foi a instituição mais prejudicada pela invasão muçulmana. A perda de propriedades de fiéis e do controle do Estado gótico, através dos Concílios, representa uma perda única, um amesquinamento de sua esfera de influência, quiçá jamais sentido desde sua elevação ao estatuto de Igreja Oficial do Império Romano com Constantino. No entanto entre os anos de 780 e 820, consolida sua posição material e teórica no nascente reino asturiano (GARCIA DE CORTÁZAR ^{1979, p. 131}), devido a três circunstâncias favoráveis. A primeira foi a aparição em Toledo da heresia adopcionista, que afirmava que Cristo seria filho adotivo de Deus. Abraçada por Elipando de Toledo e condenada pelo Beato de Liébana e pelos concílios francos, provocará a desintegração da Igreja visigótica e o desligamento dos chefes eclesiásticos de Astúrias da primazia toledana, promovendo assim, a consolidação da personalidade das novas chefias eclesiásticas locais, bastante fortalecidas e alinhadas ao Papa e a corte carolíngia. A segunda circunstância, e aparentemente uma decorrência da primeira, foi a descoberta em Iria Flavia, do túmulo do apóstolo Tiago, o Maior, em princípios do século IX, que sacralizará com sua indiscutível autoridade, a jovem Igreja e a recém-convertida Cristandade do Norte da Península. Por fim, com Alfonso II, estabelece-se uma estreita cooperação entre o monarca e o clero asturiano, que implicará em uma nova identidade política da figura real e no conseqüente fortalecimento de sua aliada: a Igreja.

O início do reinado de Alfonso II, o Casto, mostra uma luta pelo trono, por duas facções opostas: os partidários de uma contemporização com o poder muçulmano e os seguidores da ancestral tendência dos montanheses de permanente enfrentamento a poderes social e politicamente distintos. Representante da segunda tendência, Alfonso, é impedido de assumir o trono para o qual fora eleito e obrigado a viver refugiado em Alava por oito anos. Ao ser coroado, estabelece uma política de fortalecimento interno do novo reino e a instituição de uma política de contínua hostilidade a *Al-Andalus*. Contínuas *aceifas*, garantirão ao monarca a fidelidade de sua aristocracia pela constante perspectiva de um novo butim. Por outro lado, no sentido de legitimar a sua autoridade em um mundo ainda regido pelos vínculos tribais, através de moçárabes incorporados ao reino asturiano e, sobretudo por um clero nostálgico dos dias de glória e privilégios vividos na época visigótica, inicia um processo de restauração das instituições mais características da monarquia toledana, como o Ofício palatino e a organização eclesiástica (GARCIA DE CORTÁZAR ^{1979, p. 133}).

Neste caso, a superestrutura ideológica triunfou sobre a realidade imediata, emprestando-lhe um sentido de que carecia e estabelecendo uma historicidade construída, que adquire foros de verdade, para seus descendentes. Agente repovoador decisivo no Norte da Península, o clero espanhol constituirá também o grande artífice dessa construção, tarefa comum no mundo medieval, mas que ganha outras dimensões no Norte da Península pela presença massiva, política, econômica e civilizatória que desempenha o monacato asturiano. Não poderia ser diferente em uma sociedade profundamente monacalizada. ”O reino inteiro

assemelhava-se as vezes, a um grande cenóbio”, na soberba imagem de Sánchez-Albornoz (IRADIEL; MORETA; SARASA, 1995, p. 84).

Em resumo, ao longo do período de formação da monarquia astur-leonesa (718-1037), se cria e se afirma uma Igreja “nacional” e prolifera uma numerosa e complexa sociedade monástica. Milenarismo, profecias, providencialismo e culto a Santiago desempenham uma função decisiva no processo de consolidação do Reino e da Igreja astur-leoneses.

Note-se que conhecemos uma crônica singular do século X. Terceiro livro de *Fath al-Andalus*, a obra trata da história da conquista da Espanha. A singularidade fica por conta do autor: *Ibn-al-Quttiyya*, ou Abenalcotia, “o filho da goda”, um descendente de Witiza. Muçulmano ilustre e douto alfaqui, orgulha-se de sua terra, e da sociedade ali estruturada sobre a convivência entre árabes, mouros e a anterior população nativa. Invocando a tradição oral, relata a invasão como vingança de Julián, um comerciante de falcões e cavalos. Não existem outras culpas, nem responsabilidades do lado cristão. Nem tampouco a resistência gótica nas montanhas do Norte (ABENALCOTIA).

* * *

A tradição apocalíptica tem uma longa e singular história na Península. Para opor-se à influência do ainda presente arianismo na Espanha que negava a canonicidade do Livro do Apocalipse, os bispos reunidos no IV Concílio de Toledo (633), prescrevem no cânone XVII, sob pena de excomunhão a aceitação deste livro e ainda mais importante a obrigação de *praedicare*, no sentido de leitura e homilia, o livro do “final dos tempos”, durante o tempo litúrgico que vai desde à Páscoa à Pentecostes “. A autoridade de muitos concílios e os decretos sinodais nos santos bispos romanos, declaram que o livro do Apocalipse é do evangelista São João e o constitui um dos livros que devem ser recebidos, mas porque há muitos que não aceitam a autoridade desse livro e recusam sua leitura na Igreja de Deus; se alguém de agora em diante não o aceitar, ou não fizer sua leitura na missa no tempo da Páscoa a Pentecostes, será excomungado” (VIVES, 1963, 198). Norma que entrou imediatamente em vigor como aparece no *Liber Commicus*, que contém leituras do Apocalipse para todos os dias da oitava da Páscoa e os domingos seguintes até Pentecostes (GONZÁLEZ ECHEGARAY, 1995, p. 28).

Desta maneira achamos ser impossível negar a existência de uma forte vocação apocalíptica na Península, ao menos entre o clero visigótico, submetido no mínimo por um século, em quase sua totalidade e nos séculos seguintes em sua sobrevivência entre a Igreja refugiada nos montes cantábricos a pelo menos cinquenta dias anuais da presença angustiante, terrível e redentora do Final dos Tempos.

Com certeza o *Comentario do Apocalipsis* do Beato de Liébana, redigido em sua primeira versão em 776, representa o momento culminante desta tradição. Dada a dificuldade inerente deste misterioso livro de João, possui um inegável intuito de oferecer um material apropriado para os pregadores prepararem suas homilias (FONTAINE, 1978, p. 77-111, 99), como pode ser deduzido da dedicatória ao bispo Eterio, bispo de Osma, onde o Beato nos diz que havia escrito esta obra a seu pedido e “*ob aedificationem studii fratrum*” (*Comentario del Apocalipsis*, IV, 5), em outras palavras, auxiliar a edificação espiritual dos irmãos e prepará-los para os terrores da Segunda Parusia.

Beato era um pregador do iminente final dos tempos, como nos conta com sarcasmo seu principal inimigo, Elipando, o bispo adopcionista. O Beato havia reunido a gente de um povoado de Liébana em uma noite de Páscoa, por volta do ano de 800, para orando esperarem a Parusia. Como o tempo transcorresse e chegasse a manhã, sem sinal algum ou acontecimento insólito que perturbasse a tensa espera, salvo a fome começava a perturbar os contritos reunidos, Ordoño, personagem principal daquela assembléia, levantou-se e disse: “Comamos e bebamos. Se vamos morrer, morramos de barriga cheia” (*Epist.ad episc. Galliae*, IV, 5, 67).

Não foi somente nas últimas décadas do século IX, mas também ao final do século VIII, encontrava-se largamente difundida por toda a Europa cristã, a crença que no ano 800, sobreviria o Fim dos Tempos. O Nascimento de Cristo, segundo os cálculos de São Jerônimo, havia acontecido em 5199, resultando que o temido ano 6000, coincidiria com o ano de 800 - 801, no cômputo de São Jerônimo- de nossa era. É nessa perspectiva que temos que entender

Beato e seu mundo. Partidário inflamado desta crença e vivendo com intensidade a espera do fim do mundo em seus dias, **acreditava que o Anticristo já havia nascido**.

O Anticristo ocupa a primeira cena de todo o “Comentário”. Sua presença é a confirmação segura de que acreditava estar vivendo a véspera dos final dos tempos. Sua identificação e atribuição á personagens do passado como Antíoco IV ou Nero, aparentemente contraditória com o início de seu reinado no momento presente (o esperado Cristo/Anticristo dos Judeus – “*Neronem Antichristum*”), a resolve com a remessa para o simbólico. Para o Beato são anticristos todos que por sua fé e sua conduta não reconhecem a Cristo, prepostos (nas palavras do Beato signos do Anticristo – “*Anticristum significaverunt*”) ou avatares do verdadeiro Anticristo que oculta e dissimuladamente age por intermédio de falsos cristãos, bispos e sacerdotes (“*in Ecclesia per pseudo-sacerdotes subtiliter regnat*”), mas que finalmente aparecerá sob sua forma singular atuando de forma aberta e clara destruindo abertamente a Igreja (“*aperte Ecclesiam devastabit*”) (*Comentario del Apocalipsis*^{VI}, 4, 506).

Do Nascimento de Cristo à Era Hispânica de 814, quando escreve sua primeira versão do **Comentário**, haviam decorrido 776 anos. Portanto o fatídico ano de 800 aproximava-se inexoravelmente. Seguindo uma vasta e erudita tradição, legitimada pela sua **autorictas** intrínseca - Jerônimo, Agostinho, Isidoro de Sevilha, Julián de Toledo, divide á semelhança dos seis dias da Criação, as idades do mundo em seis períodos. Desde a criação de Adão ao nascimento de Cristo completam-se cinco idades. “A primeira de Adão até Noé, que são 2242 anos. A segunda de Noé até Abraão são 942 anos. A terceira de Abraão até Moisés são 505 anos. A Quarta, desde a saída dos filhos de Israel do Egito até a sua entrada na terra da Promissão, foi de 40 anos. E da entrada na terra da Promissão até Saul, primeiro rei de Israel, houve juizes por 355anos. Saul reinou 40 anos. Desde David até o começo da edificação do templo passaram 43 anos. A quinta idade, desde a primeira edificação do templo até o desterro na Babilônia, teve reis durante 446 anos. Houve cativo do povo e a destruição do templo durante 70 anos. E é restaurado por Zorobabel em 4 anos. Desde a restauração do templo até a Encarnação de Cristo transcorreram 540 anos. Soma todo o tempo de Adão até Cristo, 5.227 anos. E desde o nascimento de nosso senhor Jesus Cristo até a Era presente, quer dizer, ano de 822, são em total 784 anos. Soma pois, desde o primeiro homem, Adão, até a presente era 822 e terá um total somados 5987. Faltam, por conseguinte, do sexto milênio, 14 anos. Terminará portanto a Sexta idade na era 838 (era hispânica)” (*Comentario del Apocalipsis*^{IV}, 5, 376-378).

Embora não siga á risca o cômputo de suas fontes tem absoluta consciência do caráter absolutamente simbólico, já que sagrado. O final da Sexta idade era o ano de 814. Podemos observar que os 5.227 anos somados à 784 apresentam um resultado de 6011 e não 5987. Tratava-se mais uma vez de um cálculo onde a simbologia sagrada desafia matemática. Agravado pela chamado Era Hispânica que possui uma diferença de 38 anos em relação á Era cristã *lato sensu*. Deste fato o beato está absolutamente seguro, não sabe entretanto (fantástico testemunho da angústia então vivida!) se estes catorze anos se cumprirão ou serão encurtados. Tampouco se atreve a penetrar na natureza do sétimo milênio, o sétimo dia, do qual unicamente sabe que será, evidentemente, o domingo, o Dia do Senhor e da ressurreição de todos os santos.

O que resta de tempo ao mundo é incerto para a investigação humana. Nosso Senhor Jesus Cristo eliminou toda pergunta sobre esta tema, dizendo “*a vosoutros não lhes concerne conhecer o tempo que fixou o Pai com sua autoridade. E em outro lugar “mas daquele dia e hora ninguém sabe nada, nem os anjos do céu, senão somente o Pai” ... Para que saibam, em verdade o mundo deverá terminar no ano de 6000. Se será cumprido ou encurtado, somente Deus sabe*” (*Comentario del Apocalipsis*^{IV}, 5, 378).

Deus pode encurtar os 14 anos restantes como encurtou os 120 anos de penitência antes do Dilúvio para 100 anos, uma vez que os homens se recusaram a penitenciar-se. Assim, “todo católico deve entender, esperar e temer e considerar estes catorze anos como uma hora e de dia e de noite, em cinzas e cilício, chorar tanto por sua própria destruição como a do mundo e não se interessar excessivamente pelo cômputo do tempo; ou sobre o dia do fim do mundo, ou a estação [...] Pense pois, cada um, sobre seu próprio fim” (*Comentario del Apocalipsis*^{IV}, 5, 381).

Assim concluímos pela existência de uma poderosa vocação apocalíptica no clero asturiano, que se volta para a chegada iminente à Cidade de Deus, eliminado todo o resto, ignorando a presença do invasor muçulmano, e centrando sua ira nos tradicionais obstáculos à salvação, por sua perfídia e maldade em relação ao rebanho cristão: judeus e hereges: “**Já está acontecendo a sexta idade** [...] Tem sua manhã em Cristo, luz verdadeira [...] Têm também sua tarde, a Sinagoga, ou a ignorância dos insensatos, dos cismáticos, dos hereges (*Habet et vesperam, Synagoram vel ignorantiam stultorum, schimatum, hyprocritarum et haeresum*)” (*Comentario del Apocalipsis*, IV, 5, 388).

Contudo, o Beato ainda representa a escatologia tradicional, por sua ligação aos francos, mais precisamente aos clérigos da corte carolíngia. Quiçá por isto, não encontremos em toda sua obra qualquer menção ao mouro invasor, seja no “Comentário ao Apocalipse”, seja no “Apologético” ou mesmo onde poderíamos esperar necessariamente sua presença, em hino que lhe foi atribuído *O Dei Verbum*. Hino dedicado a Tiago, onde saúda o apóstolo como “áurea cabeça de Espanha”, “nosso protetor e patrono” (“*Caput refulgens aureum Ispanie. Tutorque nobis et patronus vernulus*”) (*Comentario del Apocalipsis*, IV, 674)³.

Aqui a ação repousa em fugir do mundo – “*mundo fugere*” (*Comentario del Apocalipsis*, IX, 3, 585), como condição essencial de redenção (“*habeat unde salvetur*”) (*Comentario del Apocalipsis*, IV, 674) invertendo a citação de João (17,15) “Não peço que os tires do mundo, mas que os guardes do mal”, nosso autor assume por tarefa, tirar os homens do mundo para preservá-los do mal. Fugir “combatendo” a realidade presente, a *historia damnata* onde campeiam o diabo, o grande adversário e seu povo a Sinagoga, e a maior das desgraças de todos os tempos: a heresia, que garantiu a sua instalação do Inimigo no seio da sagrada Igreja.

Luta renúncia ou melhor, luta **através** da renúncia é a mensagem que traz o Beato aos homens de seu tempo, para obter a salvação.

Por volta de um século após o **Comentário** do Beato, um estranho texto vai aportar uma nova perspectiva à literatura apocalíptica: a Crônica Profética. Escrita no ano de 883, profetiza para o ano seguinte o fim da dominação muçulmana na Espanha.

Seu autor, um tanto excêntrico e com certeza, um visionário, é um monge, possivelmente um monge moçárabe, refugiado em Oviedo, na corte asturiana, que descobre outro monge moçárabe visionário, o autor do *Liber Pariticianus*. Este clérigo vivendo sob o domínio do Islão, conhecedor das Sagradas Escrituras e de São Isidoro e firme em sua fé a ponto de não poder admitir que Deus abandonara aos cristãos hispânicos para sempre sob o jugo muçulmano encontra em Isidoro de Sevilha e em Ezequiel. Em Ezequiel estava a chave do enigma à espera de alguém que soubesse decifrá-la. A promessa de Deus ao povo godo estava ao alcance de quem piedosamente soubesse interpretá-la bastava trocar *Israel* por *Ismael* e aproveitando a menção do profeta aos Líbios (XXXVIII, 6), estabelece a terra de Gog, num local mais próximo à Península, a Líbia.

Nosso monge de Oviedo encontra a referida profecia já enunciada, em um tempo que o poder da dinastia Omíada ainda estava para surgir, quando estalavam rebeliões de moçárabes e populações muçulmanas contra o poder de Córdoba e no norte cantábrico ao tempo de Alfonso Magno se ocupava a região do Douro até o Mondego. Os fatos pareciam anunciar o fim próximo da dominação islâmica. Debruça-se então sobre a história dos muçulmanos na Espanha para poder fixar exatamente a data de sua destruição.

Utilizando de um modo absolutamente livre a Profecia de Ezequiel e a aplicando à Espanha, conclui que faltam apenas sete meses para o cumprimento da profecia: a liberação da Hispania.

A palavra do Senhor foi assim dita a Ezequiel: “Filho do homem volta tua face para Ismael [...] E tu entrarás na terra de Gog e a reduzirá à escravidão. Mas porque tu (Ismael)

³ Sabemos de uma dúvida acerca da atribuição deste hino anônimo ao Beato, esboçada por M. Diaz y Diaz, que a considera “admissível mas, pouco provável”, mas estudiosos como J. Pérez de Urbel, C. Sánchez-Albornoz e J. González Echegaray, parecem fornecer indícios sólidos que nos permitem manter a hipótese de seu autor ser de fato o Beato de Liébana.

abandonou ao Senhor seu Deus, eu te abandonarei, te deixarei nas mãos de Gog e perecerás no território da Líbia. Tudo o que fizeste a Gog ele fará o mesmo a ti. Após 170 anos que o mantivestes em escravidão caberá a ele retribuir tudo que fizeste (*Chronique Prophétique*. Proph. 1, 1987).

Para o cronista Gog designa a nação goda, que descende de Magog e Japhet, como indica Isidoro de Sevilha em sua *Chronica Gothorum*. “Gog, em verdade designa a nação dos Godos, da mesma maneira que somente o nome Ismael designa toda a raça dos ismaelitas [...] É de Gog que a nação goda se origina. E de onde trouxeram o nome *Gothorum*. E que o povo dos godos vem de Magog, á atestado pela *Chronica Gothorum* quando disse: “Os Godos são uma raça antiqüíssima, que tem sua origem em Magog, filho de Japhet e que seu nome vem da última silaba, que é Gog” (*Chronique Prophétique*. Proph. 2, 1, 1, 1987).

A terra de Gog do *Liber Paritacinus*, a Líbia, é agora transmutada em Espanha, a qual os filhos de Ismael invadiram pelos pecados dos Godos: “A terra de Gog, é na verdade *Spania* sob o governo dos godos, da qual os Ismaelitas se apropriaram pelos pecados das gentes godas” (*Chronique Prophétique*. Proph. 2, 1, 3, 1987).

Entre a derrota de Rodrigo 11 de novembro de 714(!) e o dia que o clérigo escreveu sua crônica passaram-se cento se e sessenta e oito anos e cinco meses de governantes e emires em Córdoba, e em sete meses, no dia de São Martinho de 883 começará o ano 170, aquele da liberação dos cristãos.

O texto verdadeiro de Ezequiel diz respeito a invasão de Gog à terra de Magog: “Virás então do teu país lá dos confins do aquilão, tu e muitos povos contigo, montados todos a cavalo, exército poderoso. E dirigir-te-ás contra o meu povo de Israel, como uma nuvem, de sorte que cubras a terra (Ezequiel, XXXVIII, 15-16)”.

“Falsificador místico”, no afã de comprovar a veracidade dos seus cálculos, o autor inverte a citação transformando oprimidos em opressores e vice-versa. Gog, torna-se o povo eleito, os Godos e substituindo Israel por Ismael - relacionado aos muçulmanos, transforma aos invasores em ismaelitas destinados ao castigo final. Da mesma maneira, a extensão do reinado de Rodrigo de uma ano para três, e da data da derrota dos godos de 711 para 714, no afã apressado de fazer coincidir a duração simbólica de 170 anos - remissão provável aos 70 anos do Cativo da Babilônia - atribuída a dominação muçulmana, com o próximo ano, onde em 11 de novembro de 834, o glorioso príncipe senhor Alfonso (Alfonso III) reinaria sobre toda a Espanha.

Empenhado em demonstrar de modo irrefutável a justeza de suas interpretações, legitima suas afirmações chamando em seu auxílio (sem citá-los ou enumerá-los!): “[...] revelações e sinais atestados por numerosos cristãos (*christianorum revuelationibus et ostensionibus*) (onde) foi predito que nosso príncipe o glorioso senhor *Adefonsus*, em um tempo muito próximo, reinará sobre toda *Spania*” (*Chronique Prophétique*. Proph. 2, 2, 3, 1987). De modo ainda mais febril, não contente como os presságios da cristandade, nosso clérigo vai além, invocando o testemunho dos próprios muçulmanos “Os próprio Sarracenos vaticinaram através dos prodígios e sinais dos astros (*quosdam prodigiis vel astrorum signis*), que sua destruição se aproxima e que o reino dos Godos será restaurado por nosso príncipe” (*Chronique Prophétique*. Proph. 2, 2, 3, 1987).

O autor é singular, ultrapassando ou desviando-se da **autorictas** dos Padres da Igreja, vai buscar o testemunho dos infiéis para afiançar a veracidade do fim dos tempos. Com efeito, um texto de Ibn Abi-al- Riqua refere-se às previsões de astrólogos muçulmanos que detectando prodígios e sinais dos astros prognosticam a destruição de Córdoba em 888 e que o lugar mais seguro quando da catástrofe será la colina d'Abou-Abda “onde havia anteriormente uma igreja” (IBN ABI-AL RIQAC ^{1965, p. 29}).

Apesar de toda a sua “singularidade”, o cronista possuía um certo aparato erudito. No século VI, Isidoro de Sevilha deduz das palavras de Ezequiel que os Godos, são descendentes de Magog, filho de Jafet (ISIDORO DE SEVILHA. *Historia Gothorum*. P. L. LXXXIII, col. 1059).

Em 786, o Beato de Liébana em seu *Comentarios del Apocalipsis* de São João, baseando-se no cálculo visigótico, conclui que no ano 800, se cumpriria o sexto milênio da

criação do mundo, o que significava o fim da carne e o começo do reino celestial. Em 785, em Astúrias corriam rumores que o Anticristo já havia nascido. Os fatos pareciam dar razão ao Beato: “Não somente a Sexta idade está em seu fim, mas os sinais do juízo final estão a vista: a discórdia civil sacode o reino astur, o primado de Espanha renega a Cristo e o Islão acoisa a Cristandade, que somente tem refúgio em sua fé” (IRADIEL; MORETA; SARASA, 1995, p. 92).

Acrescente-se que nosso monge profético possui um conhecimento exato sobre o Islão o que leva a pensar que era originário do sul da península. A descrição dos pactos de capitulação, são corroboradas pela fontes árabes, com Abd al Hakam, Ibn Habib, *Fath al-Andalus*, entre outros (SANCHEZ ALBORNOZ, 1975, p. 77, nota 180). O mesmo que sua cronologia de emires e *walis* de Córdoba. Ou seja trata-se provavelmente de um clérigo moçárabe recentemente instalado na corte de Oviedo.

No entanto, gerada em meio a vapores apocalípticos, a crônica insiste no processo Culpa, Castigo e Redenção, envolvendo o reino visigótico em uma imitação da própria história sagrada. Assim os Godos, em virtude de seus pecados –desrespeitar os preceitos divinos e não acatarem os cânones dos concílios, foram abandonados pelo Senhor e Toledo sucumbe aos filhos de Ismael.

Quia non fuit in illis pro suis delictis digna paenitentia, et quia dereliquerunt praecepta Domini et sacrorum canonum instituta, dereliquit illos Dominus ne possiderent desiderabilem terram. Urbs quoque Toletana [...] Ismaeliticis triumphis [...] Sicque peccatis congruentibus Spania ruit, anno Gothorum CCCLXXX (Chronique Prophétique Proph. 5, 7).

Sucumbindo por seus pecados a Espanha da Crônica profética, se equipara bíblicamente à Israel, ciclicamente envolvida em uma eterna roda de Pecado, Purgação e Redenção, que termina pela volta a uma Jerusalém, sempre prometida terra de doçura e de eternas delícias, como a Jerusalém de Isaías (LXV).”Que em toda sua onipotência, o Deus Todo-Poderoso que se dignou redimir o mundo inteiro do poder do diabo (*potestate diaboli redimere*), pelo sangue de seu filho Nosso senhor Jesus Cristo, subtraia sua Igreja do jugo dos filhos de Ismael em um tempo muito próximo, e que viva e reine pelos séculos dos séculos. *Amem*” (*Chronique Prophétique* Proph. 8, 9).

Assim, a restauração da antiga ordem gótica é inserida em uma espécie de Idade do Ouro peninsular. O anúncio de uma liberação próxima constitui o tema central desta crônica, singularmente alinha às míticas respostas de Pelayo às exortações do bispo renegado Oppa antes da batalha de Covadonga. Utilizando a profecia de Ezequiel sobre a libertação do povo hebreu do Cativo da Babilônia, mesmo distorcendo-a para que se amolde à realidade hispânica, **sacraliza** os seus vaticínios por sua inserção na história sagrada. Apoiado por outro lado na tradição de misticismo apocalíptico asturiano e apoiado pelos textos do Beato e do *pseudo-Methodius* (BONNNAZ, 1987, LXXXVIII), aparecido no Ocidente, no século VII, que predizia o fim da dominação árabe a partir das visões bíblicas de Daniel, de Zacarias ou do Apocalipse de São João, o inflamado profeta de 883, redige em Oviedo a sua profecia, ao saber de um período de vitórias efêmeras –cabalgadas?- contra os muçulmanos.

A sua perspectiva não é nova: O *pseudo Methodius* uma das *Profecias Sibilinas* mais divulgadas e de influência generalizada no ocidente Medieval - com exceção da Bíblia e as principais obras dos Padres da Igreja - , favorecia a analogia e dava asas à imaginação mais ansiosas. Tendo como propósito trazer consolo aos Cristãos sírios como minoria sob o domínio muçulmano. Iniciando a história desde o Jardim do Éden descreve como os ismaelitas, derrotados por Gedeão, retornam e submetem os Cristãos por culpa de seus pecados, matando sacerdotes e profanando os Lugares Santos. Porém o seu domínio está com os dias contados: Um poderoso Imperador, que muitos julgavam morto, acorda e levanta-se na sua ira, derrotando aos Ismaelitas e impondo-lhes um jugo cem vezes mais opressivo que aquele imposto por eles aos cristãos (COHN, 1972, p. 31-33). Não é tentador, e sem dúvida o foi para o nosso redator da *Profética*, enxergar neste imperador o senhor don *Adefonsus*”?

Também bebendo da mesma fonte, Álvaro e Eulogio de Córdoba, explicam a opressão dos cristãos e a iminente derrota do Islão através dos profetas a profecia de Ezequiel (XXIII, 22-23) “Eis que levantarei sobre vós os Caldeus”, de Zacarias (XIII, 2): “Naquele dia diz o Senhor dos exércitos, exterminarei do país os nomes dos ídolos e deles não haverá mais memória; e tirarei dela os falsos profetas e o espírito imundo” e de Daniel (VII, 2-6-27) “[...] e ele seja destruído e pereça para sempre, e seja dado o reino o poder e grandeza do reino, que está debaixo de todo o céu, ao povo dos santos do Altíssimo, cujo reino é um reino eterno”.

É neste ambiente milenarista que a Crônica Profética unirá a Cidade de Deus com a possibilidade de restauração da Espanha visigótica. Seu autor, um tanto excêntrico e com certeza, um visionário, concluiu que faltavam apenas sete meses para o cumprimento da profecia: a liberação da Hispania., intui que a destruição de *Al-Andalus* se aproxima e que o reino dos Godos será restaurado, identificando de uma certa maneira, a Espanha visigótica com o paraíso perdido.

No norte da península a tradição apocalíptica é substituída pelo Milenarismo: o Milênio enquanto restauração e salvação. Em que pese toda a sua excentricidade, o autor da Crônica Profética rompe com a tradição apocalíptica visigótica, porventura uma seqüela deixada pelo abandono da primazia de Toledo após a investida adopcionista de seu bispo Elipando. Voltando as costas ao esperado milênio transforma o ano mil em Milenarismo, onde os hipócritas, hereges e cismáticos do Beato são transmutados nos muçulmanos, o Anticristo em Maomé e o tão esperado retorno á Cidade de Deus na restauração do reino visigótico na *Spania* sempre bela e feliz, *principum gentiumque mater Spania*.

Guardado na memória clerical o elogio de Isidoro de Sevilha “*De Laude Spaniae*”, continuamente copiado e repetido pelos clérigos nos mosteiros moçárabes e do Norte, aponta para a felicidade no Milênio, com a retomada deste mundo edênico, tão próxima do Israel dos profetas: Tu és, oh Espanha sagrada e mãe sempre feliz de príncipes e de gentes, mais formosa de todas as terras que se estendem desde o Ocidente até a Índia.

[...] Tu és a honra e o ornamento do mundo e a mais ilustre poção da terra na qual grandemente se deleita e esplendidamente floresce a nação goda. Com justiça te enriqueceu e foi contigo mais indulgente a Natureza, com a abundância de coisas criadas és rica em frutos, em uvas copiosas, em colheitas alegres, te vestes de messes, te sombreias de oliveiras, te coroas de vides. Tu és olorosa em teus campos, frondosa em teus montes, abundante em peixes em tuas costas [...] (ISIDORO DE SEVILHA, 1975, p. 168).

Como observou Norman Cohn, ainda que em outra perspectiva, “[...] se as fantasias sociais acerca dos Últimos Dias constantemente influenciava o modo de ver dos acontecimentos e personagens políticos e a linguagem em que as lutas sociais eram conduzidas, somente em situações sociais determinadas é que ele funcionava como um mito social dinâmico” (ISIDORO DE SEVILHA, 1975, p. 36). Mito político dinâmico, diríamos, a restauração visigótica, servirá de signo para a legitimação dos reinos e para demonstrar a superioridade dos homens do Norte sobre os outros povos da Península. Mito posteriormente para alimentado nos púlpitos e nas cortes palatinas, gerou uma **verdade** impossível de ser verificada e portanto contestada.

Os tempos eram curtos. A humanidade deveria se preparar para a vinda de Cristo. O sentimento obsessivo fixou raízes na Igreja Latina e às véspera do Ano Mil, às portas do Juízo Final, a obsessão corre o risco de transformar-se em pânico. “Que se sabe da angústia dos homens que viam aproximar-se o aniversário mil da paixão de Cristo? – pergunta Duby. Sabe-se ao menos que então se exasperou o movimento penitencial. Raoul Glaber, excelente testemunha, uma vez que, como todos os seus contemporâneos, atribui aos fatos espirituais uma influência decisiva, insiste muito no caráter de abstinência do movimento da Paz de Deus.

Nas grandes assembleias reunidas em prados em torno a relíquia de santos

[...] a necessidade de reprimir todos os impulsos da carne e do sangue era proclamada ao mesmo tempo. Os prelados que chamavam a depor as armas e jejuar, pediam com o mesmo tom que se contivesse a impetuosidade do sexo. Com efeito, para Glaber, a desordem do mundo procedia deste redemoinho luxurioso, que, ao parecer, afetava tanto ao alto clero

quanto à nobreza. Para desarmar a cólera dos céus, para que se renove a aliança entre Deus e os homens era preciso purificar-se (ISIDORO DE SEVILHA, 1975, p. 47).

Não deixa de ser interessante lembrar que uma crônica estrangeira elaborada em Moissac em 818, embora sem qualquer referência aos monarcas asturianos, faça uma breve alusão aos pecados de Witiza e de seu povo, como desencadeadores da cólera divina e do subsequente castigo: a invasão sarracena: “*His temporibus in Spania super Godos regnabat Witicha [...] Iste deditus in feminis, exemplo suo sacerdotes ac populum luxuriose uiuere docuit, irritans furorem Domini. Sarraceni tunc Spania ingredientur [...] Sicque regnum Gothorum in Spania finitur*” (Crônica de Moissac, 1951, 1).

Motivada por um milenarismo urgente e com data marcada, nossa Crônica Profética, uma vez transcorrido o tempo previsto e findas as esperanças, é relegada ao esquecimento.

Retornando às fontes asturianas, sua temática deixa entrever as origens do “Legitimismo”: ele brota de um imaginário clerical, justificando em uma leitura religiosa, a queda e a redenção da Cristandade ibérica. Poderíamos esperar algo diferente em um imaginário, em particular um imaginário clerical, prenhe de símbolos e signos do final dos tempos? Redigidas às vésperas do “Ano Mil”, as crônicas citadas trazem profundamente impressas as marcas de um Milenarismo e de um Providencialismo que campeiam no seio da sociedade monacal. Deste ponto de vista, a Crônica profética, resguardada a personalidade “original” de seu autor é apenas a indicação, e uma indicação preciosa, das possibilidades de um imaginário extremamente tenso e a espera do Juízo Final.

A crônica seguinte produzida no Norte cristão, a *Crônica Albeldense* (c.883) ou *Epitome Ovetense*, é uma história universal, da qual nos interessa a história dos reis godos e de seus continuadores em Astúrias: *Ordo Gothorum Regvm e Ordo Gothorum Ovetensis Regvm*” (*Chronique d’Álbelda*, 35).

Aqui, a continuidade é tácita: os Sarracenos são chamados à Espanha “[...] *euocati Spanias occupant*” (*Chronique d’Álbelda*, 35, 23), capturam o reino visigótico do qual ainda possuem uma parte, e os cristãos empenham-se dia e noite, em guerras contra eles, mas não logram livrar a Espanha deles até que a providência divina permita cruelmente, expulsá-los dali “*et cum christiani die noctuque belle iniunt et cotidie conflagunt sed eis toto Spaniam auferre non possunt dum predestinatio usque diuina dehinc eos expelli crudeliter iubeat*” (*Chronique d’Álbelda*, 35, 23).

O caminho da libertação está traçado. Pelayo, nobre perseguido pelo rei Witiza e refugiado em Astúrias, rebela-se contra os muçulmanos, marcando o início da libertação do povo cristão: “*Sicque ex tunc reddita est libertas populo christiano*” (*Chronique d’Álbelda*, 35, 36).

A tônica está na herança visigótica. Descendentes legítimos dos reis de Toledo, os monarcas de Astúrias, tem jurisdição eminente sobre todo o antigo Reino. Contudo, um reino legítimo é um reino invencível. Sacramentado por Deus e pelas qualidades guerreiras dos chefes germânicos, jamais poderia ser vencido! A isso e como primeira explicação da desgraça, a crônica fornece a resposta: Deus retirou a sua mão, como castigo pelos pecados de seus governantes. E mais, insinua a traição: os sarracenos foram chamados!

A Espanha invadida, reagem os cristãos combatendo sem trégua aos infiéis. “Combate – Penitência” cujos primeiros sinais que a liberação está próxima, aparecem na revolta de Pelayo e na sua coroação. A batalha (Covadonga) contra os muçulmanos é o símbolo da libertação e da certeza do amparo divino, pois ali, os muçulmanos são esmagados pela coragem e a legitimidade dos cristãos e exterminados pela Ira divina, já que, os derrotados em fuga sejam esmagados por um desabamento da montanha, sinal, mais que evidente dos desígnios e do amparo de Deus aos cristãos.

O terceiro documento deste período é a crônica de Alfonso III. Elaborada provavelmente nos últimos anos do século VIII, este documento marca definitivamente a ligação com o antigo reino visigótico. Escrita por Alfonso III e “revisada” por um clérigo, seu objetivo é mais tacanho no propósito que suas antecessoras. Não se trata de inserir, dando inteligibilidade, a monarquia asturiana na história do mundo, ou melhor na história do povo de Deus, mas de uma história dos reis asturianos, destinada a enlaçá-los solidamente com os

antigos reis godos e explicar as razões da perda do reino, da fuga, de seu isolamento e justificar sua “aparente fraqueza” frente ao invasor.

Aqui uma outra novidade, motivada talvez por uma redação laica ou pela colaboração de um clérigo estrangeiro: no arrolamento das culpas, o clero também é incluído. O sucessor de Egica, Witiza, se comporta de maneira infame e escandalosa. Toma grande número de concubinas e para evitar a censura eclesiástica dissolve concílios, anula cânones e ordena aos bispos, aos presbíteros e aos diáconos que tomem mulher, para evitar represálias eclesiásticas:

[...] *probrosus*(sic!) *et moribus flagitiosus fuit...cum uxoribus et concubinibus plurimis se inquinavit et ne aduersus eum censura ecclesiastica consurgeret, concilia dissoluit. canones sigillavit, omnenque religiones ordines depravit, episcopis, presbyteris et diaconibus uxores habere praecipit* (*Chronique d'Alphonse III* apud BONNAZ, 1987, p. 35-36)

Esta foi a causa da perda de Espanha; “*Istud namque Spania causa pereundi fuit*” (*Chronique d'Alphonse III* apud BONNAZ, 1987, p. 35) diz a versão Rotense. Mas as duas versões insistem pouco mais adiante: “*Et quia regis et sacerdotes legem Domini deliquerunt omnia agmina Gothorum Sarracenorum gladio perierunt*” (*Chronique d'Alphonse III* apud BONNAZ, 1987, p. 36).

E se a Crônica Albeldense insinua uma traição, aqui esta se personaliza e se torna plausível. Os Filhos do pecado, os filhos de Witiza, preteridos em sua sucessão, enviam mensageiros à África, chamando os sarracenos e introduzindo-os na Península (*Chronique d'Alphonse III* apud BONNAZ, 1987, p. 37). Aqui, sagrado e profano se encontram para justificar a ruína dos Godos, o abandono de Deus, amplamente justificado pela corrupção dos seus ministros e a quebra da solidariedade grupal por intermédio do sangue do rei infame: a traição dos herdeiros de Witiza.

Por fim a Crônica resgata a origem legítima e restauradora do poder dos reis asturianos, na figura de Pelayo. Proclamado rei em uma assembléia dos *ástures* –na versão Rotense – ou eleito pela nobreza goda refugiada em Astúrias - na versão Erudita - Pelayo fala a seus homens antes da batalha de Covadonga: “Nossa esperança está em Cristo...desta pequena colina vocês podem ver a salvação da Espanha e o exército da nação Gótica será restaurado [...]. Nós esperamos que em Sua misericórdia restaure a Igreja, que é a nação e o reino” (*Chronique d'Alphonse III* apud BONNAZ, 1987, p. 41):

A Crônica de Alfonso III claramente derivada de nossa fonte milenarista, retoma apenas a sua “historicidade” abandonando a profecia, que será encontrada por um acaso fortuito, no Códice de Roda, onde algum monge moçárabe, por capricho ou por credulidade resolveu copiá-la.

Nos séculos XI e XII, o tema é retomado pela Crônica *Gothorum* ou Pseudo Isidoriana e pela *Historia Silense* (c.1118). Separadas por quase um século, representam o momento que os monarca leoneses (castelhano-leoneses) consolidam o mito neogótico de uma Espanha unitária.

Permanece contudo a idéia de uma **restauração**, que uma vez abandonado, por absoluta impossibilidade o seu caráter profético, estabelece a continuidade no reino de Astúrias do perdido reino visigótico e a sua próxima, porque legítima e sagrada, restauração.

REFERÊNCIAS

ABENALCOTIA, (El Cordobés). **Historia de la conquista de España**. Madrid, Tipografia de la revista de Archivos, s.d.

BONNAZ, Y. Introduction. In: **CHRONIQUES ASTURIENNES (Fin IXe. Siècle)**. Paris: Éditions du CNRS, 1987, LXXXVIII.

CHRONIQUE d'ÀLBELDA, 35. In: BONNAZ, Y. (Ed.). **Chroniques Asturiennes (Fin IXe. Siècle)**. Paris: Éditions du CNRS, 1987.

- CHRONIQUE PROPHÉTIQUE Proph. 1. In: BONNNAZ, Y. (Ed.). **CHRONIQUES ASTURIENNES (Fin IXe. Siècle)**. Paris: Éditions du CNRS, 1987.
- COHN N. **The Pursuit of the Millenium**. New York: Oxford University Press, 1972.
- Comentario del Apocalipsis, IV, 5. In: **Obras Completas de Beato** Madrid. B. A.C., 1995, 33.
- CRÓNICA De MOISSAC. In: MENÉNDEZ PIDAL, R. **Relíquias de la poesía épica española**. Madrid: Espasa-Calpe, 1951.
- CRONICON DEL PACENSE, 61. In: FLOREZ, E. **La España Sagrada**. Madrid: Imprenta de José Rodríguez, 1860.
- DÍAZ Y DÍAZ, M. C. Noticias historicas en dos himnos liturgicos visigóticos. In: **Los Visigodos. Historia y Civilización**. Actas de la Semana Internacional de Estudios Visigóticos. Murcia: Universidad de Murcia, 1986, 443-455.
- Epist.ad episc. Galliae IV, 5, 67. Editada por M. MENÉNDEZ PELAYO, **Historia de los Heterodoxos Españoles**. Santander: Edic. Nacional / CSIC, 1947, I, apend. XI, CXXXIV-CXLIV.
- FONTAINE, J. Fuentes y tradiciones paelocristianas en el método espiritual de Beato. In: **Actas del Simposio para el estudio de los códices del Comentario al Apocalipsis de Beato de Lliébana**, I, Madris, Joyas Bibliográficas, 1978, 77-101, 99.
- GARCIA DE CORTÁZAR, J. A. **La época medieval**. Madrid: Alianza, 1979.
- GONZÁLEZ ECHEGARAY, J. Introducción General. In: **Obras Completas de Beato de Liébana**. Madrid. B. A.C., 1995., 28.
- IBN ABI-AL RIQAC, citado por DOZY, R. **RECHERCHES sur l'Histoire et la Littérature de Léspagne pendant le Moyen Âge**. Amsterdam: Oriental Press, 1965, v. I.
- IDATTII EPISCOPI. **Chronicon. P. L.** LI, p. 874.
- IRADIEL, P.; MORETA. S.; SARASA, E. **História Medieval de la España Cristiana**. Madrid: Cátedra, 1995.
- ISIDORO DE SEVILHA. **Historia Gothorum. P. L.** LXXXIII, col. 1059.
- ISIDORO DE SEVILHA. In: RODRIGUEZ ALONSO, C. (Ed.). **Las Historias de los Godos, Vandalos y Suevos de Isidoro de Sevilla**. Leon: Centro de Estudios e Investigación "San Idsidoro", 1975.
- PROSPERO DE AQUITANIA. **Carmen de Providentia Divina. P. L.** LI, col. 617.
- SANCHEZ ALBORNOZ, C. **En torno a los orígenes del feudalismo**. Buenos Aires, 1975, v. II.
- SANTO AGOSTINHO. **Epistola ad Italicam. XCIX 1-2 P.L.** XXXIII. Col. 365.
- SÃO JERÔNIMO. Epistola ad Heliodorum. In: MIGNE, J. P. (Ed.). **Patrologiae cursus completus. Series latina**, XXII, Turnhout, Brepols, 1956, col.600-601.
- SÃO JERÔNIMO. **Epistola CXXIII Ad Geruchiam. P.L.**XXII.col.1058.
- VIVES, J. (Dir.). **Concilios visigóticos e hispano-romanos**. Barcelona-Madrid: CSIC Instituto Enrique Flórez, 1963.